

Naquela época, o político de Leopoldina iniciava sua convivência com os udenistas. Fazia o que podia para favorecê-los, desde que esse favorecimento causasse dificuldades ao PSD. Só mais tarde é que, descambando de concessão em concessão, acabaria perdendo a noção da realidade e se engajaria, de corpo e alma, na conspiração golpista, cujo desfecho seria sua deposição do Governo pelas forças legalistas do Exército.

No episódio da constituição dessa CPI, o Deputado José Maria Alkmim, como líder do PSD e meu delegado pessoal no plenário da Câmara, teve a oportunidade de revelar suas extraordinárias qualidades de parlamentar e sua admirável acuidade política. A batalha, que ele travou com o Deputado Adauto Lúcio Cardoso, foi brava e sem trégua. Sustentava Alkmim que o requerimento desrespeitava quatro vezes a Constituição.

A Cilada da Cédula Oficial

O mês de agosto havia-se iniciado, pois, sob sombrios presságios. No interior, respirava-se um clima de paz e a minha propaganda, realizada num estilo pouco ortodoxo, vinha obtendo resultados animadores. No Rio, porém, recrudescia a agitação política. O caso da constituição da Comissão Parlamentar de Inquérito, para investigar os bens dos candidatos, constituía um exemplo típico. Os udenistas, lançando mão de toda sorte de artifícios, haviam conseguido o *quorum* necessário para ser requerida a constituição dessa CPI. Aconteceu, porém, que alguns deputados, depois de esclarecidos sobre os inconfessáveis propósitos daquela fiscalização parlamentar, resolveram retirar suas assinaturas. Estabeleceu-se, pois, um impasse na tramitação do requerimento, já que, do ponto de vista constitucional, tornara-se discutível se havia *quorum* ou não.

Em face da maneira tumultuada com que o assunto estava sendo discutido, Alkmim teve uma conferência com Carlos Luz, a fim de alertá-lo sobre a inconveniência de agir com precipitação em relação ao caso, pois, se assim o fizesse, poderia comprometer a dignidade do seu elevado cargo e atentar contra o decoro do Legislativo. Carlos Luz ouviu o líder do PSD com a maior atenção e, havendo julgado seus argumentos ponderáveis, concordara em agir rigorosamente de acordo com o Regimento Interno, de forma a evitar que qualquer suspeita de faccionismo pudesse pairar sobre o comportamento da Mesa.

Carlos Luz fizera a promessa — segundo acredito — com a melhor das intenções. Entretanto, quando transmitiu aos udenistas seu propósito de pautar sua conduta pelo que determinava a Constituição, foi tão violentamente contraditado que julgou mais prudente recuar. Aquela altura, seus compromissos com a UDN já eram bem extensos e, à medida em que os dias passavam, mais se deixava enlevar na rede conspiratória armada no Catete. Assim é

que, quando o Deputado Aauto Lúcio Cardoso apresentou o requerimento, solicitando a referida CPI, Carlos Luz traiu o compromisso com Alkmim e atendeu à exigência da UDN.

Nessa altura, eu me encontrava no interior do Paraná, numa jornada estafante. Não havia horário para os comícios: às vezes, eles se realizavam às 8 da manhã e, às vezes, à meia-noite. Às 3 horas da tarde, em pé num palanque improvisado numa praça da Cidade de Arapongas, eu ouvia atentamente os oradores. Alguém, ao meu lado, lia um jornal e o ruído das folhas viradas acabou por atrair minha atenção. Voltando-me, pude ler a manchete na primeira página do periódico: "Carlos Luz, presidente da Câmara, aceita o requerimento da UDN e institui a comissão de inquérito que vai investigar a vida de Juscelino." Confesso que a notícia causou-me um sério impacto. Precisava comunicar-me com o Rio.

Entretanto, não existia telefone em Arapongas. Informaram-me que só na última cidade, que seria visitada naquele dia, poderia comunicar-me com o Rio. Ao chegar ali, porém, o que se deu às 10 da noite, pedi ao Coronel Dilermando Silva que fizesse uma ligação telefônica com Alkmim. Quando o comício se encerrava, com um eloquente e brilhante discurso de Deoclécio Duarte, o Coronel Dilermando Silva voltava ao palanque, para me comunicar que a ligação não pudera ser obtida porque o centro telefônico já estava fechado. Tive de aguardar, pois, até a manhã seguinte, quando então consegui falar com Alkmim.

Os udenistas, através daquele passe de mágica, pretendiam atingir, simultaneamente, dois objetivos: a) impedir, por intermédio de convocações sucessivas, que eu prosseguisse em minha campanha pelo interior; b) procurar desmoralizar-me, lançando mão de um interrogatório capcioso, o que importaria numa completa devassa na minha vida privada, e tudo diante de câmaras de televisão, para que eu surgisse aos olhos da Nação como um réprobo político, exposto à execração pública.

Na realidade, aquela árdua batalha havia girado essencialmente em torno de um princípio. O que estava em causa não era a minha situação pessoal e tanto isso é verdade que Alkmim, ao combater a constituição daquela comissão, havia declarado que, se havia entre os udenistas alguém que não considerava legítima a minha declaração de bens, que a contestasse e apontasse suas falhas. O que não admitia, porém, era o processo ultrajante de submeter um candidato à presidência da República a uma vexatória inquirição pública, como se, ao invés de um homem público, escolhido pela mais poderosa coligação de partidos do país, ele não passasse de um criminoso comum, passível de ser enquadrado no Código Penal.

Instalados os trabalhos sob a presidência de José Maria Alkmim, o Deputado Vieira de Melo levantou a preliminar da inconstitucionalidade daquele órgão, que não era previsto na Carta Magna

nem no Regimento Interno. Havendo sido acolhida a proposição, resultou dos debates que se seguiram sua remessa à Comissão de Justiça, que era o órgão técnico da Câmara para dirimir as questões daquela natureza. Após alguns meses de espera, o problema foi solucionado a nosso favor e, como resultado dessa decisão, a famosa Comissão de Investigação foi dissolvida, sem chegar a funcionar.

Mas agosto chegara, e, com ele, uma atmosfera de apreensão envolvera o país. Recrudescia a campanha de que, embora houvesse possibilidade de que fosse eleito, as Forças Armadas impediriam a minha posse. Os jornais udenistas apresentavam-se ameaçadores, com manchetes escandalosas, encabeçando prognósticos sombrios. Em face daquela atoarda, tornava-se evidente que uma crise, de natureza ainda imprevisível, estava em fermentação nos bastidores.

E, de fato, a nova crise eclodiu. Tratava-se da reforma eleitoral, tendo por objetivo a substituição da cédula individual por outra, que seria denominada a *cédula oficial*. Tudo feito às carreiras, porém, a apenas sessenta dias do pleito. Na realidade, essa preocupação reformista dissimulava, sob uma capa de interesse pela moralização do processo eleitoral, o verdadeiro e oculto objetivo da iniciativa: tumultuar as eleições.

A crise teve início com a conferência, já referida, do General Canrobert no Clube da Aeronáutica, por ocasião das comemorações do 1.º aniversário da morte do Major Vaz. Nessa alocução, o ex-ministro da Guerra falara, com inusitada severidade, em "mentira democrática" e preconizara, como remédio para os males do país, um "saneamento rigoroso e austero das práticas políticas", vigentes no Brasil. A advertência serviu para alertar os udenistas, os quais, estimulados pela palavra do ilustre militar, logo trataram de ressuscitar a já sedida questão da *cédula oficial* — proposição que havia sido uma vez derrotada na Câmara e que, por isso mesmo, estava arquivada.

Em agosto a questão foi revivida e os udenistas, talvez temerosos de que a iniciativa fosse de novo rejeitada, decidiram condicionar a opinião pública, através de intensa preparação publicitária, insistindo no *slogan* de que a nova cédula asseguraria a legitimidade do voto e que quem se opusesse a ela seria a favor da fraude. Tratava-se, como se vê, de uma tentativa de coação moral, a ser imposta ao Congresso.

Por ocasião da primeira votação da matéria, antes da crise da minha declaração de bens, a UDN havia sido derrotada, por pequena margem de votos, isto é, por 102 contra 99. Ao ser apresentado o segundo projeto, seus defensores tiveram o cuidado de fortalecê-lo com uma intensa mobilização da opinião pública. Os jornais, que lhes eram simpáticos, abriam colunas para focalizar o assunto. As rádios divulgavam notícias tendenciosas declarando que se tratava de uma campanha de repressão à fraude. E como o

PSD fazia restrição à oportunidade do projeto no apagar das luzes da campanha eleitoral, passamos a ser taxados de defensores da fraude.

A campanha, porém, havia sido bem mais organizada que se poderia prever. Pouco depois, as classes produtoras foram suggestionadas pela propaganda e se pronunciaram a favor da reforma. O Superior Tribunal Eleitoral, por quase todos os seus ministros, manifestou-se igualmente pela adoção da *cédula oficial* e, a essa altura, com a agravante de que, se não se processasse a reforma, o resultado das urnas poderia ser passível de suspeição. Em face da atoarda, alarmaram-se os círculos militares e a minoria ativista que conspirava nos quartéis passara a atuar, com maior eficiência, no sentido de conquistar, para a causa reformista, o apoio das Forças Armadas.

O ambiente político entrara, de súbito, em efervescência. Sucederam-se as entrevistas, concedidas por personalidades de projeção nos diversos ramos das atividades nacionais. No dia 7 de agosto, por ocasião da convenção da UDN, o Deputado Afonso Arinos lançou uma nova tese de ação política: a do não reconhecimento do resultado das eleições, sob a alegação de que seriam fraudulentas.

José Maria Alkmim, como líder do PSD na Câmara, estava, porém, vigilante. No dia 8 de agosto — vinte e quatro horas após o pronunciamento de Afonso Arinos — denunciou o fato à Nação, responsabilizando a UDN pelo que pudesse ocorrer no país. “Devo dizer à Câmara” — declarou Alkmim, com ênfase — “que a União Democrática Nacional está no Governo, representada pelo ministro da Justiça, pelo ministro da Aeronáutica e por muitas outras figuras de grande projeção, não só no seio do partido como na opinião pública. Assim, Sr. presidente, esta admoestação ontem feita, aqui, para o resto da Nação, querendo dar a entender que qualquer resultado não do agrado da UDN seja um resultado suspeito, esta admoestação nós não a aceitamos, porque, para tanto, não reconhecemos autoridade moral e política nos homens da União Democrática Nacional. E não reconhecemos autoridade política porque ela está no Governo da República, está no Governo associado de São Paulo, está no Governo de Pernambuco e em vários Estados. Ela é que pode estar querendo preparar um ambiente de coação, ambiente que repelimos. Esta campanha, Sr. presidente, não nos intimida. Faremos nossa caminhada democrática. Todos os obstáculos, vencidos pelo nosso candidato, ameaçado desde a primeira hora, ameaçado por uma série de medidas que a União Democrática Nacional, não podendo executar, procurava quem executasse por ela, estas ameaças não nos intimidam, pois vamos até o fim.” E concluiu: “A Nação não precisa de tutores. Adquiriu maturidade política, e está toda ela, em toda parte, esperando o momento de manifestar a soberania do seu pensamento, e de demonstrar claramente, apesar das sucessivas ameaças, sua impostergável opção eleitoral.”

Entretanto, o pior ainda estava por ocorrer. O trabalho realizado no seio das Forças Armadas havia dado resultado e, pouco depois, surgiram os primeiros pronunciamentos. O Almirante Amorim do Vale, ministro da Marinha, iniciou a série de entrevistas. Foi violento, chegando a ser contundente: “Adotada pelo Congresso” — declarou o ilustre militar, referindo-se à *cédula oficial* “tardamente ou não, caberá ao mesmo Congresso, por dever de coerência, adotar as medidas que a façam aplicável às próximas eleições, mesmo adiando-se.” Seguiu-se o Brigadeiro Eduardo Gomes num tom discreto e cauteloso. Os dois pronunciamentos explodiram como duas bombas nos círculos políticos e o do ministro da Marinha foi considerado como um verdadeiro ultimato. De fato, o almirante não se contentara em preconizar a adoção da *cédula oficial*, mas, indo mais longe, chegara a sugerir o adiamento das eleições, para que aquela fórmula pudesse logo entrar em execução.

Ao mesmo tempo que se sucediam esses pronunciamentos na imprensa, surgia na Câmara um novo projeto sobre a *cédula oficial*, que já havia dado entrada na Comissão de Justiça. A situação se agravava de dia para dia. Fazendo minha campanha no interior, era informado sobre a marcha dos acontecimentos. Meus correligionários julgavam que o trabalho, que vinha realizando no aliciamento de eleitores, era bem mais importante do que estar no Rio, para desfazer intrigas políticas.

Se o ambiente político já estava agitado com os pronunciamentos militares, ele sofreu um impacto, de natureza diferente, com uma entrevista do Cardeal Jaime de Barros Câmara. Tratava-se de uma manifestação de apoio da Igreja à *cédula oficial*, o que teve um efeito moral incalculável no seio da opinião pública. Muitos elementos do PSD sentiram-se alarmados. Alkmim, como líder do PSD e meu representante pessoal, julgou que deveria agir. Iria procurar o cardeal e explicar-lhe o mal que suas palavras haviam causado à minha candidatura e, nessa oportunidade, tentaria obter novas declarações de D. Jaime, que suavizassem o impacto do seu anterior pronunciamento. A tarefa não era fácil, pois Alkmim nem ao menos conhecia pessoalmente o cardeal. Valeu-se, porém, do Deputado Eurípedes Cardoso de Menezes para ter acesso ao ilustre prelado.

À noite, reuniram-se os três no Palácio São Joaquim. Alkmim, ao abordar o assunto, percebeu que D. Jaime de Barros Câmara não tivera a intenção de fulminar a *cédula* comum de votação. Apenas opinara sobre o assunto, porque fora interrogado por um jornalista e o escândalo que se fizera em torno de suas declarações corria por conta da paixão política. Tão cordial e compreensivo ele se mostrara, que se propôs a fornecer a Alkmim um documento, colocando em seus justos termos aquela explosiva questão. Alkmim não aceitou o oferecimento, declarando-lhe que uma autorização verbal sua, para desautorar aquela exploração, seria o suficiente para que ele, da tribuna da Câmara, serenasse os ânimos. D. Jaime aquies-

ceu, e Alkmim e o Deputado Eurípedes Cardoso de Menezes deixaram o Palácio São Joaquim.

No dia seguinte, os líderes da minha campanha se reuniram na sede do PSD. O propósito da reunião era debater a crise política e estudar a estratégia a ser utilizada em face da ofensiva udenista. Nessa ocasião, eu me encontrava no interior de São Paulo e um telegrama me foi enviado, solicitando minha presença no Rio. Ao desembarcar no aeroporto, segui diretamente para a sede do partido. O que os meus amigos desejavam era que eu procurasse pessoalmente o Cardeal Câmara, a fim de prevenir a possibilidade de qualquer outro incidente no futuro. O encontro foi combinado e seria realizado na Cúria Metropolitana, o que, efetivamente, ocorreu.

Entretanto, enquanto ainda discutíamos na sede do PSD a evolução dos acontecimentos, ali chegara a notícia de que o General Lott, ministro da Guerra, e que até então se mantivera com a maior discrição, tinha dado, também, uma entrevista mais grave ainda do que a do cardeal. O pronunciamento deveria ser publicado, naquela mesma tarde, no *Diário da Noite*. Lançando mão dos préstimos do jornalista Marcelo Pimentel, obtivemos uma cópia datilografada das declarações do ministro da Guerra.

O efeito das palavras do General Lott foi profundo. Muitos elementos pessedistas que, até ali, estavam confiantes na minha vitória, mostraram-se, de súbito, desarvorados. Julgaram que tudo já estava perdido e que as próprias eleições já não seriam realizadas. Ficou decidido então que Alkmim, como líder da campanha, falasse em nome da bancada pessedista, respondendo às duas entrevistas. E o seu discurso deveria ser pronunciado naquela mesma tarde, a fim de se evitar que a exploração dos dois pronunciamentos obtivesse maior ressonância. Como as declarações do General Lott ainda não haviam sido publicadas, ficou combinado que, assim que o *Diário da Noite* surgisse nas bancas, alguém lhe levaria um exemplar no plenário e, com o jornal na mão, ele subiria à tribuna para a dupla resposta.

Alkmim fez um brilhante discurso — um dos mais severos de toda a sua atividade parlamentar. Ao desfazer os mal-entendidos sobre a *cédula oficial*, fulminou aquela iniciativa udenista; rebateu, com veemência, as acusações de que quem era contra o sugerido processo de votação seria a favor da fraude; e, numa brilhante peroração, despertou o ânimo arrefecido dos correligionários, reavivando o espírito de luta da bancada. Tão forte foi a impressão causada por esse discurso que, quando embarquei naquela mesma tarde para São Paulo, os parlamentares fizeram questão de ir ao aeroporto, onde me prestaram calorosa homenagem.

A reação, oposta aos pronunciamentos militares, foi muito bem recebida pela opinião pública. A questão que estava sendo discutida era de natureza jurídica e, mesmo nesse setor de atividade intelectual, sempre fora considerada uma especialização, com a qual nem todos os cultores do Direito se mostravam familiarizados. A

opinião geral se inclinava em explicar aquela intromissão como o resultado da malícia política dos udenistas, os quais, deturpando os motivos da nossa resistência, haviam arrancado dos ministros militares aqueles pronunciamentos, após convencê-los de que, assim agindo, estavam contribuindo para assegurar a legitimidade do pleito. Alguns jornais, porém, já interpretaram aquelas declarações como uma interferência indébita e, entre esses, encontrava-se o *Correio da Manhã*. A reação do bravo matutino era insuspeita de qualquer eiva de partidatismo, pois, na época, já se achava rompido comigo. Refletindo o sentimento civilista da Nação, o *Correio da Manhã* lançou o seu protesto num editorial de veemência invulgar, que causou a maior sensação. “Nunca se viu na história da República”, advertia o jornal de Paulo Bittencourt, “este espetáculo de três ministros militares usurparem prerrogativas e imporem soluções ao Poder Legislativo. Isto é pior do que novembro de 1937. Querem fazer como se não existisse a Nação, nem poder civil, nem Governo. Agindo em conjunto, como proclamou o ministro da Marinha, falaram todos de uma vez, como se fossem três conspiradores. Proceder-se dessa maneira é situar-se na linha do golpismo, da ilegalidade, dos regimes da exceção. Coloque-se o presidente da República à altura dos seus direitos e deveres constitucionais. E o Congresso deve resistir como poder soberano — como um dos Poderes do Estado — para evitar que este país se transforme numa republiqueta, tratada à pata de cavalo.”

A efervescência, provocada pelo debate sobre a *cédula oficial*, cada dia mais contaminava os círculos políticos.

Quanto aos pronunciamentos dos ministros militares, o único que de fato nos preocupava era o do General Lott. Seus dois outros colegas eram conhecidos por suas tendências políticas. Já o General Lott, sendo apolítico, era uma personalidade que merecia o maior acatamento. Além disso, estava perfeitamente identificado com os sentimentos dos seus comandados e qualquer declaração sua só poderia constituir um reflexo do que pensava o Exército.

A indiscrição de um amigo, porém, serviu para abrir uma porta no ambiente fechado em que nos encontrávamos. O Deputado Vitorino Corrêa — mineiro, mas representante do Piauí — era íntimo amigo de Alkmim. Numa das suas conversas habituais, na sala de café da Câmara, revelara que o General Lott havia ficado profundamente magoado com o líder do PSD por causa do seu veemente discurso, respondendo à sua entrevista. A informação de Vitorino Corrêa havia sido confirmada pelo Governador Gaioso Almendra, também do Piauí, e ambos viviam na intimidade do ministro da Guerra. Alkmim surpreendeu-se com o ressentimento do general e sua surpresa ainda foi maior ao saber que, em conversa com aqueles seus amigos, o ministro se queixara de que ele, em sua alocução na Câmara, o havia tratado com desconsideração.

De posse daquela informação, Alkmim se mostrou preocupado. O ressentimento do general não poderia ter por base motivos con-

cretos pois, ao fazer o seu discurso, embora contestasse com veemência os termos da entrevista, sempre se referira a ele com o maior respeito e acatamento. Concluiu então que estava a braços com uma nova intriga e que seria da maior importância desfazê-la imediatamente. Em face das circunstâncias, Vitorino Corrêa e Gaioso Almendra prontificaram-se a arranjar um encontro com o ministro da Guerra.

A entrevista foi realizada no gabinete do ministro, no Palácio da Guerra. O general se mostrava ressentido e foi penoso o início da conversa. Lott alegava que Alkmim havia sido rude em seu discurso, lançando mão de expressões pouco respeitadas e este contestava as alegações, esclarecendo que, ao falar na Câmara, de fato, fora severo, mas nada dissera que o atingisse pessoalmente. Após algumas queixas de parte à parte, Alkmim perguntou ao general se havia lido o texto oficial do discurso ou os resumos publicados pelos jornais. Lott afirmou que tomara conhecimento daqueles fatos através do noticiário da imprensa.

Essa afirmativa esclarecia tudo. Os jornais, de fato, haviam deturpado muitas passagens da sua oração, torcendo-as de acordo com suas respectivas tendências políticas. Muitas inverdades haviam sido, assim, divulgadas e os empreiteiros de inimizades tinham-se aproveitado delas, para envenenar o espírito do general. Alkmim prometeu, então, enviar-lhe o *Diário do Congresso*, no qual sairia publicado o texto verdadeiro da oração, e manifestou a esperança de que, depois de lê-lo, o mal-entendido ficasse desfeito. A explicação deu resultado. O General Lott logo desanuviou a face e, dali em diante, mostrou-se afável e comunicativo.

Em seguida, a conversa girou em torno da *cédula oficial* e o general, impressionado com a opinião do Superior Tribunal Eleitoral, divulgada pela imprensa, de que a *cédula* comum não asseguraria a legitimidade do pleito, declarou, peremptoriamente: "Sou a favor da *cédula oficial*, pois com a *cédula* comum nada será possível. Não chegaremos às eleições e, se chegarmos, não haverá posse."

Disse a frase com a maior ênfase mas, em seguida, refletindo sobre a gravidade do que havia afirmado, ressaltou que não se tratava de uma opinião pessoal, mas que aquele era o ponto de vista das classes armadas. Os militares não se conformavam em ver empossado um Governo que o Superior Tribunal Eleitoral poderia julgar ilegítimo. Alkmim tentou explicar as razões por que o PSD vinha resistindo à adoção da *cédula*, mas o general se conservou intransigente. Reafirmou que, apesar das proximidades das eleições, uma solução deveria ser achada. Despediram-se os três e se encaminharam para o elevador, sendo acompanhados pelos ministros da Guerra. No trajeto, o General Lott, segurando Alkmim pelo braço e detendo-o, de forma a poder falar-lhe, sem ser ouvido pelos outros, confidenciou: "Sugiro que o senhor estude uma fór-

mula que seja aceita pela Justiça Eleitoral. Os militares, de fato, são contrários ao sistema antigo de votação, mas se a nova fórmula for aceita pelo Superior Tribunal nenhuma objeção terei a opor."

Alkmim encontrou-se no saguão com seus amigos, que já haviam tomado o elevador, e ali mesmo trocaram impressões sobre a entrevista, inclusive sobre a recomendação feita pelo general, em caráter confidencial. A conclusão a que chegaram era de que ele deveria se entender, antes de tudo, com o Ministro Edgar Costa, presidente do Superior Tribunal Eleitoral. O encontro foi arranjado, por intermédio de um filho do ministro, que era oficial da Aeronáutica, e que Alkmim havia conhecido na Casa Militar do Presidente Getúlio Vargas.

Durante a entrevista, que se realizou no dia seguinte, Alkmim expôs a situação, com a maior franqueza. A tarde daquele mesmo dia, retornou à presença do Ministro Edgar Costa, em companhia dos Deputados Martins Rodrigues e Ulisses Guimarães. A palestra foi longa e todos os aspectos do problema sofreram ampla análise. A *cédula oficial*, segundo o projeto que estava sendo discutido na Comissão de Justiça, revelava, de fato, certas peculiaridades que não poderíamos aceitar. Em primeiro lugar, sua confecção passaria a ser atribuição do Governo, o qual, uma vez concluída a impressão, a entregaria à Justiça Eleitoral, que faria a distribuição aos juizes eleitorais em todo o país. Existiam outros inconvenientes, mas estes poderiam ser contornados. No que dizia respeito à confecção e à distribuição, porém, tínhamos que ser intransigentes. E isto por um motivo muito simples: o Governo Café Filho não merecia a menor confiança. Era faccioso, provavelmente golpista. Nessas condições, seria capaz de tudo para assegurar a vitória para a UDN. A própria *cédula oficial* não passava de uma manobra de última hora, orientada para o mesmo objetivo. Se fosse aprovada segundo os termos do projeto que estava na Comissão de Justiça, seria melhor desistir desde logo de concorrer às eleições, pois os resultados da votação poderiam ser antecipados. O faccionismo teria início na confecção. Se fosse do interesse do Governo adiar o pleito, a Imprensa Nacional receberia ordens para não concluir em tempo a encomenda. Se, entretanto, o Governo estivesse disposto a realizar as eleições na data marcada, o Departamento de Correios e Telégrafos teria instruções para remeter as *cédulas* apenas para os Estados onde sabidamente os udenistas dispunham de grande eleitorado. Minas, por exemplo, que, segundo todas as previsões, votaria em massa no meu nome, poderia ser boicotada, fazendo-se uma remessa rarefeita, apenas para coonestar o esbulho. Depois o Governo se eximiria da culpa, alegando a tradicional ineficiência daquele Departamento.

O Ministro Edgar Costa ficou profundamente impressionado com o último argumento e julgou que, ao se tentar combater a fraude por uma reforma eleitoral, seria possível que se estivesse

promovendo uma fraude maior, atribuindo ao Governo a responsabilidade pela distribuição das cédulas em todo o território nacional. Concluindo, o ministro disse que ia estudar o assunto e que o PSD, por sua vez, procurasse fazer o mesmo, a fim de que, daquela troca de sugestões, pudesse sair um tipo de cédula que assegurasse a legitimidade do pleito e, ao mesmo tempo, fosse aceita pela UDN e tivesse o beneplácito das Forças Armadas. Deixando a residência do Ministro Edgar Costa, os Deputados Alkmim, Martins Rodrigues e Ulisses Guimarães acertaram uma reunião, que seria realizada, à noite, no Hotel Califórnia, onde o líder do PSD estava hospedado.

Enquanto isso, o Deputado Afonso Arinos, devidamente credenciado pela bancada da UDN, procurara Alkmim com a sugestão de que os dois grandes partidos entabulassem negociações, tendo em vista um entendimento sobre a *cédula oficial*. Dissera que se tratava de um assunto da maior gravidade e que desejava saber com quem deveria tratar, pois visivelmente a situação política cada dia mais se deteriorava. Alkmim telefonou a Amaral Peixoto, presidente do PSD e este, manifestando justificada reação em se encontrar com Afonso Arinos — dada a atuação do deputado udenista por ocasião da tragédia de agosto de 1954 — delegou-lhe poderes para que representasse o partido nas conversações. Alkmim comunicou o fato a Afonso Arinos e ficou combinado que o encontro teria lugar, naquela mesma noite, na residência deste último, ou seja, na Rua D. Mariana, em Botafogo.

Afonso Arinos estava apreensivo e declarou a Alkmim que receava que algum acontecimento grave estivesse por ocorrer, pois o Brigadeiro Eduardo Gomes havia viajado para o Norte e, quando se despedira dele, no aeroporto, achara-o profundamente preocupado. O motivo daquele encontro, explicou o deputado udenista, constituía uma tentativa de se encontrar uma solução para o problema da *cédula oficial*, já que o assunto, ultrapassando a área parlamentar, tinha-se transformado num caso político nacional. A discussão do problema cingiu-se a idéias gerais, durante esse primeiro encontro. Afonso Arinos, porém, sugeriu que as conversações prosseguissem e duas outras entrevistas foram realizadas — uma ainda na casa do deputado udenista e outra na residência do Deputado Hugo Napoleão — findas as quais, Alkmim, conhecendo o pensamento da liderança udenista e temendo que o desenvolvimento dos acontecimentos políticos desaguasse num desfecho extralegal, já que a própria UDN não sabia bem o que se estava preparando no país, decidiu elaborar um projeto que atendesse algumas das reivindicações apresentadas por Afonso Arinos, mas assegurasse ao PSD a tranquilidade de concorrer ao pleito sem o receio de qualquer outra surpresa desagradável por parte do Governo.

Entretanto, enquanto Alkmim discutia com Afonso Arinos, simultaneamente se processavam os entendimentos com o Ministro

Edgar Costa. Ouvindo os adversários, de um lado, e trocando idéias com o presidente do Superior Tribunal Eleitoral, do outro, ele acabara por se achar perfeitamente informado sobre o perigoso terreno em que, dali em diante, iria caminhar. Reuniu, pois, alguns deputados pessedistas para a tarefa de tentar condensar, num só texto de lei, as principais reivindicações dos partidos em luta. O grupo, formado para levar a efeito essa empreitada, foi integrado pelos Deputados Martins Rodrigues, Ulisses Guimarães, Filadelfo Garcia e Oliveira Brito. Até essa altura, o Deputado Renato Archer era quem vinha coordenando as conversações, ouvindo isoladamente os juristas do Congresso. Depois da formação do grupo, ele se juntou aos demais e o trabalho passou a ser executado com maior eficiência e em perfeita harmonia.

As discussões giravam exclusivamente em torno da *cédula oficial*. O que havia sido acordado era que o PSD não aceitaria a colocação invariável dos nomes na cédula; a confecção da mesma pelo Governo, mas pelos partidos, segundo o modelo aprovado pelo Superior Tribunal Eleitoral; e que fosse facultado, aos partidos e aos candidatos, enviar diretamente as cédulas aos juízes eleitorais, em cada zona.

Assentes esses pontos, Alkmim avistou-se outra vez com o Deputado Afonso Arinos e este, após tomar conhecimento das reivindicações do PSD, pediu licença para discuti-las com seus companheiros de partidos. Enquanto a UDN estudava a proposta pessedista, Alkmim reuniu em seu apartamento, no Hotel Califórnia, os Deputados Martins Rodrigues, Ulisses Guimarães, Filadelfo Garcia, Oliveira Brito e, a essa altura, com a colaboração do petebista Nelson Omega e, após prolongados debates, chegaram a um acordo. Um rascunho foi elaborado, então, incorporando as principais reivindicações do PSD — como, por exemplo, variação na colocação dos nomes e confecção e remessa das cédulas aos juízes eleitorais pelos partidos ou pelos próprios candidatos — e este foi levado ao Ministro Edgar Costa, que prometeu estudar o esboço e, posteriormente, dar sua opinião. À noite, Alkmim se encontrava na residência do Deputado Ulisses Guimarães quando soube que o ministro desejava saber que nome deveria ter a cédula, já que, de acordo com o rascunho, a designação de *oficial* havia sido eliminada.

Alkmim sugeriu o nome de *cédula única* — única para todos, pois tanto os partidos, como os candidatos e até mesmo a Justiça Eleitoral poderiam imprimi-la e distribuí-la — o que foi aceito. No dia seguinte, Alkmim foi ao Superior Tribunal Eleitoral e entregou ao ministro um novo esboço, já com o nome de cédula única e este, tomando por base o esquema pessedista, elaborou o projeto definitivo. Edgar Costa sugeriu, na ocasião, que os representantes dos partidos em divergência comparecessem juntos ao Superior Tribunal Eleitoral, a fim de que o assunto fosse discutido coletivamente e, conseqüentemente, pudesse ser resolvido.

Entretanto, a atitude de Afonso Arinos desde algum tempo vinha sendo observada pelos udenistas com indisfarçável desconfiança. Julgavam muitos deles que Alkmim, com sua comprovada habilidade política, acabaria por fazer prevalecer, na elaboração do projeto de reforma eleitoral, os pontos de vista do PSD. A fim de se defender, Afonso Arinos, no mesmo dia em que seria realizada a conferência com o Ministro Edgar Costa, pronunciou um longo discurso na Câmara, historiando toda a sua atuação nos entendimentos — discurso que Alkmim ouviu e apoiou, pois era um relato absolutamente fiel do que haviam conversado. Em seguida, ambos se dirigiram ao Tribunal Eleitoral, atendendo à convocação do Ministro Edgar Costa.

O projeto apresentado pelo ministro havia sido calcado no esboço apresentado pelos deputados pessedistas. Afonso Arinos logo o aceitou, fazendo pequenas objeções quanto à redação. Alkmim, embora já conhecesse de sobra o projeto, simulou que tomava conhecimento dele naquele instante e, igualmente, o aprovou. A Comissão de Justiça iria discutir, naquela noite, o projeto da *cédula oficial*, sugerida pela UDN, e o ministro, informado a respeito, autorizou Alkmim a levar a fórmula, então aprovada, àquele órgão, como emenda substitutiva, apresentada pelo Tribunal Eleitoral.

Enquanto Alkmim corria para a Câmara, Afonso Arinos seguia para o gabinete de Prado Kelly, udenista e ministro da Justiça, a fim de dar conta do resultado dos entendimentos. Na Comissão de Justiça, houve reação dos elementos da UDN que não estavam de acordo com a fórmula da *cédula única*. Essa atitude, segundo se propalou na ocasião, fora determinada por um telefonema de Prado Kelly a um dos seus correligionários naquela Comissão, exigindo que o projeto da Justiça Eleitoral fosse rejeitado.

A reação tardia dos udenistas, entretanto, não surtiu efeito. A *cédula única* foi aprovada e, com essa decisão da Comissão de Justiça, ficara desfeita mais uma perigosa manobra dos meus adversários, manobra esta cujo único e dissimulado objetivo havia sido tumultuar e, se possível — levando-se em conta os pronunciamentos militares —, obter um adiamento das eleições, marcadas para outubro.

As Eleições

Conforme tinha sido combinado, eu prosseguia em campanha eleitoral pelo interior do país. A solução dos problemas parlamentares, criados pela UDN, ficara a cargo de Amaral Peixoto, como presidente do PSD, e de José Maria Alkmim, como líder do partido na Câmara, mas sempre atuando como líder da maioria.

A mudança do mecanismo eleitoral vinte dias antes do pleito prejudicaria enormemente o PSD, cujo eleitorado tinha suas bases no interior e só sabia votar guiado pelos cabos eleitorais. Além do mais, o partido dispunha de cerca de 4.000 diretórios, os quais, aliados aos 3.000 do PTB, constituíam uma rede de aproximadamente 7.000 diretórios espalhada por todo o território nacional.

Todos esses diretórios já haviam recebido suas cédulas e se achavam aptos para mobilizar seus comandados para um comparecimento maciço às urnas. A mudança do sistema de votação, porém, ocasionou tumulto e incompreensões. Tivemos que enviar emissários para todos os Estados, a fim de que os diretórios centrais fossem instruídos sobre a utilização da *cédula única*, com a recomendação de que esses, uma vez suficientemente esclarecidos, fizessem o mesmo em relação aos diretórios municipais. Simultaneamente, tivemos que providenciar a impressão das cédulas e fretar aviões para que a remessa pudesse ser levada a efeito com certa antecedência, de forma a permitir que os chefes dos Estados, ao recebê-las, dispusessem ainda de tempo para instruir seus respectivos liderados. Havia a considerar, além do mais, os milhões de cédulas que já haviam sido confeccionadas, de acordo com o sistema antigo, e que não poderiam ser aproveitadas.

Assim, embora houvéssimos obtido uma vitória sobre os udenistas na batalha parlamentar, sofremos, mais do que a UDN, o impacto da mudança do sistema. Acredito que os transtornos, ocasionados por essa reforma decretada vinte dias antes do pleito, tirou-me mais de um milhão de votos nas eleições.